

A Educação como caminho de transformação social na visão de Paulo Freire

Flaviana Lourenço dos Reis

Resumo: Esse trabalho tem por objetivo analisar a educação brasileira e a dominação vigente no sistema educacional que em muito se utilizam da educação como ato político de alienação de uma parcela da sociedade. Discorreremos sobre a perspectiva da bibliografia de Paulo Freire; ela nos traz a consciência de tais atos de forma discriminatória. Analisaremos o papel da educação como caminho para a transformação social das classes menos favorecidas em que foram negadas os processos democráticos e de cidadania. Foi realizado uma abordagem histórica da educação no Brasil e de seus mecanismos de opressão apontando as consequências dessa exclusão no meio social, o descaso do Estado com a educação e o temor que as elites possuem de uma educação libertadora; temor que se possa atingir a questão dos níveis sociais e, conseqüentemente, poder proporcionar mudanças nas estruturas da sociedade capitalista atual. Propusemos aqui expor a importância do professor progressista atuando como mediador para o desenvolvimento educacional dos alunos, bem como sua prática pedagógica pautada nas liberdades intelectuais, individuais, assim como suas vivências e experiências no mundo que os cercam, valorizando o diálogo e o possível desenvolvimento de cada um nos processos transformadores e libertadores que poderão desmascarar o que há por trás das nossas políticas educacionais.

Palavras-Chave: Transformação social. Alienação. Educação. Professor progressista.

Abstract: The objective of this work is to analyze Brazilian education and the prevailing domination in the educational system, which in many ways use education as a political act of alienation of a portion of society. We will discuss the perspective of Paulo Freire's bibliography; it makes us aware of such acts in a discriminatory way. We will analyze the role of education as a path to the social transformation of the less favored classes in which democratic and citizenship processes were denied. A historical approach to education in Brazil and its mechanisms of oppression was carried out, pointing out the consequences of this exclusion in the social environment, the State's disregard for education and the fear that the elites have of a liberating education; fear that the question of social levels could be reached and, consequently, be able to provide changes in the structures of the current capitalist society. We proposed here to expose the importance of the progressive teacher acting as a mediator for the educational development of students, as well as their pedagogical practice based on intellectual and individual freedoms, as well as their experiences in the world that surround them, valuing dialogue and the possible development of each one in the transforming and liberating processes that will be able to unmask what is behind our educational policies.

Keywords: Social transformation. Alienation. Education. progressive teacher

REIS, F. L. A Educação como caminho de transformação social na visão de Paulo Freire. Rev. Cient. Novas Configur. Dialog. Plur., Luziânia, v. 3, n. 2, p. 09-22, 2022 | <https://doi.org/>

Fonte de financiamento. Próprio
Conflito de interesse: nenhum
E-mail do autor-correspondência: flavianareis@aluno.facmais.edu.br
Data de recebido: 10/11/2022
Data de aprovado: 30/12/2022
Editor: Marcelo Máximo Purificação.





Introdução

O presente artigo possui como finalidade abordar alguns pontos da educação brasileira que em muito serviu de instrumento de manipulação das massas sociais, excluindo parte da sociedade e privando-os de seus direitos políticos. Busca discorrer sobre a prática docente do professor libertador, transformador, progressista, que será o condutor dos educandos nesse processo, proporcionando que a cultura dos educandos seja valorizada; quer seja, suas memórias, saberes, valores, matrizes culturais. Seria através do diálogo que se construiria uma realidade plausível para sua existência. Tem-se aqui como problemática a questão de como a educação poderá transformar a sociedade sendo discutida e analisada sobre a perspectiva freiriana.

Paulo Freire, ao longo de sua carreira enquanto professor e político, conseguiu visualizar os problemas de discriminação social que a maioria da população vinha sofrendo ao longo da história do nosso país. Ele reconheceu que essas disparidades só poderiam ser solucionadas através de uma educação de qualidade consciente e democrática que pudesse modificar as estruturas vigentes, trazendo a consciência crítica dos oprimidos em prol de sua liberdade intelectual – algo que poderia mudar sua realidade sócio-histórica estabelecida desde a época colonial.

Para desenvolver esse texto, foram utilizadas as referências teóricas de Paulo Freire. Visou-se a bibliografia que discute de forma exímia o papel dos oprimidos que são silenciados no mundo neoliberal e como a educação pode ser vista e analisada como um ato político. Tomemos como exemplo essa passagem: “Não basta dizer que a educação é um ato político assim como não basta dizer que o ato político é também educativo. É preciso assumir realmente a politicidade da educação” (FREIRE, 1997, p.25). Acrescentamos: é preciso assumir também como os atos políticos, se não forem transformadores da consciência política dos indivíduos, podem anular direitos e liberdades de alguns grupos em prol de outros.

No primeiro tópico abordaremos alguns passos da educação brasileira desde a colonização e os mecanismos que o poder dominante antes latifundiário, agora industrial, se utiliza para se perpetuar no poder em nosso país. Apontaremos as dificuldades dos oprimidos - esses que foram marginalizados e excluídos socialmente, relegados de uma educação que promovesse uma inserção social. São assim estabelecidos, para esses grupos, a educação tradicional e alienante, chamada por Freire de Educação Bancária: uma



educação de “depósitos” de conhecimento sem questionamentos e criticidade, mascarando assim sua verdadeira identidade social. Visa-se, por outro lado, um outro tipo de educação:

Por isso também é que *ensinar* não pode ser um puro processo, como tanto tenho dito, de transferência de conhecimento do ensinante ao aprendiz. Transferência mecânica de que resulte a memorização maquinal que já critiquei. Ao estudo crítico corresponde um ensino igualmente crítico que demanda necessariamente uma forma crítica de compreender e de realizar a leitura da palavra e a leitura do mundo, leitura do contexto

No segundo momento dessa reflexão, apontaremos a importância do professor de se reconhecer como educador e de sua responsabilidade social. Utilizaremos das ideias freireanas que nos servirão como orientação no processo de formação docente, proporcionando, a nosso ver, uma reflexão crítica da prática pedagógica; isso implica em um saber escutar e um dialogar com respeito com as diferenças de outros sujeitos, reconhecendo e valorizando suas identidades históricas e culturais.

Discutiremos a tentativa alienante dos sistemas políticos de anular a capacidade de luta dos educadores, desvalorizando sua profissão e suas condições de trabalho. Pensamos que tal sirva para que estes se sintam desmotivados e apáticos no decorrer dessa batalha constante, reprimindo suas vozes de prélio de justiça educacional. Diz Freire:

Esta é uma luta que exige clareza política e competência científica. É por isso que, ao perceber a necessidade de sua competência e de sua permanente atualização o educador e a educadora progressista têm de criar em si mesmos a virtude ou a qualidade da coragem. A coragem de lutar por salários menos imorais e por condições menos desfavoráveis ao cumprimento de sua tarefa (FREIRE, 1997, p. 28).

Os educadores não podem deixar que calem sua voz na luta constante de liberdade e expressão; e nem devem se deixar se confundirem por tias e tios, o que seria considerado um processo alienante que exporemos no segundo tópico deste estudo. Abordaremos aqui o professor que será capaz de coordenar a ação educativa, aquele que conduza os educandos como sujeitos participantes ativos para seu próprio desenvolvimento e que não sejam omissos em suas profissões e escolhas, garantindo, assim, as condições necessárias à profissionalização docente. Sendo assim, a educação é aqui analisada e entendida como instrumento a serviço da democracia para uma tomada de decisões de forma crítica embasada sempre em fatos reconhecidamente científicos, como prática de responsabilidade social e política.

Apontaremos o porquê de nas concepções de Freire, somente com atos de humildade e amor se chega a uma educação transformadora e libertadora e quais



instrumentos os educadores devem adotar para conseguir essas conquistas e mudanças sociais.

Uma abordagem histórica da educação no Brasil e seus mecanismos de opressão para os oprimidos

Não poderíamos aqui tratar de educação brasileira sem fazer uma pequena menção a algumas características históricas do nosso país no que tange ao quadro educacional que, desde sua formação colonial, serviu de instrumento de manipulação e dominação de uma elite portuguesa e latifundiária que por muito marginalizou e discriminou os grupos sociais desfavorecidos economicamente; essa elite se configurou, a nosso ver, como detentora do saber.

A história brasileira tem suas raízes pautadas em uma colonização exploratória e marginalizadora que, em prol de uma classe dominante, concentrou em seu seio a educação como manobra alienante e política para se permanecer no comando e para oprimir o escravo, o índio, as mulheres, o trabalhador braçal – ao excluídos do capital; uma classe social que vivia nas mazelas da sociedade; seriam sem identidade, anulada na democracia; não teriam, por isso, consciência crítica como nos elucida Paulo Freire:

Realmente o Brasil nasceu e cresceu dentro de condições negativas às experiências democráticas. O sentido marcante de nossa colonização, fortemente predatória, à base da exploração econômica do grande domínio, em que o “poder do senhor” se alongava “das terras às gentes também” e do trabalho escravo, inicialmente do nativo e posteriormente do africano, não teria criado condições necessárias ao desenvolvimento de uma mentalidade permeável, flexível, característica do clima cultural democrático, no homem brasileiro (FREIRE, 1967, p. 73-74).

É sabido que a educação, na época da colonização, estava atrelada ao catolicismo, com suas ideologias influenciadoras que moldavam as instituições educacionais. Elas foram a detentora do saber: na Educação Jesuítica, alguns pensadores buscaram uma conciliação entre fé e razão vendo na educação um caminho para essa possibilidade. Tal foi uma tarefa árdua que não iremos focar neste texto. A chegada da Família Real ao Brasil em 1808 mudou o cenário colonial com suas reformas e ampliações. Criaram teatros, bibliotecas, escolas e instituíram um ensino técnico para as elites. No Período Joanino do I e II Reinado e, conseqüentemente, da República Velha, a educação era reservada a uma pequena parcela da população: a aristocracia. Sabemos também que havia um número de analfabetos no país de larga escala. Pensando por esse viés, chegamos à conclusão que essa concentração



aristocrática da educação deixou em nossa sociedade um gigantesco reflexo de desigualdades sociais e econômicas bem como uma falta de oportunidade e de acesso à democracia. Ainda no século XXI, inúmeros analfabetos não conseguiram se encaixar nesse mundo capitalista.

Com Anísio Teixeira, na década de 30, houve a proposta de a educação ser gratuita para todos, buscando democratizar o ensino brasileiro. A ideia era de defender a experiência do aluno como base de aprendizagem, com a missão de educar em vez de instruir; isso tendo por base a Escola Nova e as propostas de John Dewey que acabaram ficando sem um aprofundamento e sendo transformadas em educação de programas e currículos a serem cumpridos. Com esse ideal, fica-se no esquecimento, a nosso ver, seu ideal de educação democrática, reforçando a dominação política e dando bases para que haja escolas de acolhimento sem fundamentos teóricos e somente de formação da massa de manobra; conseqüentemente, para o mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, Paulo Freire se insere como um pensador crítico do sistema alienante que reina e que permanece dominando a educação brasileira. Seus escritos se tornam uma resistência ao ensino da leitura e da escrita do método tradicional, tratado por ele como *Educação Bancária* – aquela que deposita o saber nos educandos; estes os recebiam e guardavam para si mesmos essas informações de forma mecânica e repetitiva, sem reflexão. Freire busca, por outro lado, uma educação humanizadora que promova a democratização para todos os grupos sociais com uma pedagogia libertadora que é fundamentada na aprendizagem coletiva e que tem por finalidade a participação social de cada indivíduo.

Paulo Freire vê na educação um caminho que conduzirá a uma sociedade que tenha pleno desenvolvimento da democracia, em que é necessário o aprimoramento da consciência crítica. Por exemplo, na obra *A Pedagogia de Paulo Freire ou quando a educação se torna um ato político* de 2014, o autor trata sobre os caminhos que a consciência deve percorrer até chegar à criticidade; trata-se de um processo de desvinculação da consciência primária, em que o indivíduo tem em seus mecanismos conscientes somente a sobrevivência, passando para o outro estágio: o da consciência mágica; nessa, há uma evolução mental, mas meramente relacionada com forças maiores que regem sua vida, em que há crenças em deuses e mitos, entrando em relação com o mundo dessa forma; porém, essa consciência não estaria aberta à ciência. Através dos processos educacionais os homens conseguem se desprender das



amarras ideológicas e alcançam a consciência crítica, sendo o professor um mediador desse processo. Eles proporcionam caminhos para que haja respostas lógicas ao mundo que os cercam, fazendo críticas às práticas democráticas e à cidadania.

Nesse âmbito, é dever do Estado criar esse meio crítico, entretanto, vemos que ele é um dos responsáveis pela manipulação ideológica que a cada dia acentua ainda mais as desigualdades que foram sendo construídas em nosso país através de processos históricos. É papel da escola, pensamos, desenvolver a capacidade reflexiva e crítica do aluno, ser transformadora; fazer com que uma classe esquecida tenha atos políticos. Uma classe que teria sido conduzida ao esquecimento e que exige hoje exercer uma educação em que se priorize a intelectualidade e os posicionamentos políticos de cada um; uma escola em que questione e não simplesmente obedeça a dominação burguesa dentro do contexto neoliberal; uma classe que não continue com uma ausência crítica de sua importância dentro do contexto social.

No quesito da responsabilidade do Estado para com a educação é visível a falta de comprometimento do mesmo para com as escolas; ou seja, faltam verbas, incentivos fiscais para melhorias – tais como reformas, aquisição de equipamentos tecnológicos, fornecimento de cursos profissionalizantes para os colaboradores das instituições, entre várias outras falhas que poder-se-iam ser apontadas aqui. A falta de interesse do Estado é sem dúvida uma forma de manipulação, a nosso ver, que se encontra para que se permaneça concretizado o topo de uma cadeia de opressão.

Um dos mecanismos de manipulação das massas no que tange ao sistema educacional pode-se ver na elaboração dos currículos. Eles são produzidos de cima para baixo, ou seja, produzidos pelas ideologias dominantes; fazendo uma distinção do tipo de educação que se pretende fornecer a cada um e para quais grupos sociais serão ofertados. Pensamos que os currículos tradicionais são voltados, na perspectiva de Freire, à alienação, pois não tem diálogo e criticidade mantendo esse diálogo estagnado, sem valorização dos meios e das práticas que os sujeitos históricos estão inseridos. Estão fora de currículos transformadores que levam à libertação e à emancipação de indivíduos que proporcionariam uma emergência social em grupos até antes excluídos e silenciados; grupos esses que as ideias dominantes consideram um perigo a serem utilizados pelos dominados, pois podem passar a alterar a sua condição social:

Na medida, porém, em que as classes populares emergem, descobrem e sentem esta visualização que delas fazem as elites, inclinam-se, sempre que podem, a respostas autenticamente agressivas. Estas elites, assustadas, na proporção em



que se encontram na vigência de seu poder, tendem a fazer silenciar as massas populares, domesticando-as com a força ou soluções paternalistas. Tendem a travar o processo, de que decorre a emergência popular, com todas as suas consequências (FREIRE, 1967, p. 86).

Aqui aparece o professor progressista de Freire e a sua mediação no processo educacional com suas teorias de diálogo e com a sua pedagogia libertadora que poderia superar o poder do educador tradicional de “dono da verdade”, detentor de todo o saber; visa-se eliminar por essa via a hierarquia construída ao longo do tempo histórico no Brasil, priorizando o diálogo e a comunicação como condutores de uma pedagogia de libertação que trataremos no próximo tópico.

Os homens devem evoluir através da educação, na concepção de Freire; buscar-se-ia uma transformação de uma consciência ingênua a uma que seja crítica; isso se daria somente por meio de um diálogo crítico que se desvincule de uma educação mecanicista alienante, que pare de transmitir um currículo e um conteúdo massificando no ensino – a referida e já mencionada Educação Bancária. A Educação libertadora, por outro lado, seria crítica e democrática; ela trataria com as massas a partir de um pensamento reflexivo, libertando-os das mazelas e fazendo ver quais são seus verdadeiros opressores. Na visão de Freire, na obra *Educação como Prática de Liberdade*.

A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que desvestida de roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção por isso, teria de ser também, entre uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. “Educação” para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito. Educação como prática de liberdade (FREIRE, 1967, p. 43).

Buscamos analisar a educação sob um olhar freiriano e vê-la sob uma ótica política que há muito foi e é utilizada como instrumento de dominação e manipulação dos oprimidos, em que as ideias dominantes teriam o interesse de domesticar as classes populares para que elas não adquirissem uma consciência crítica. Para tal, essa ideia dominante teria por objetivo a massificação do ensino para que se permaneça aos privilégios daqueles que estão no poder, utilizando-se das chamadas massas de manobra. Afinal, sem instrução educacional de qualidade e de pensamento crítico, sem condições de analisar a democracia (e de adentrar a ela) e aos seus direitos enquanto cidadão, nada poderão fazer. Freire vê a necessidade de romper com o sistema das ideologias dominantes para se chegar às oportunidades, igualdades e justiça sociais para com os oprimidos. Acredita-se que, só assim a luta dos oprimidos, pode-se restaurar a humanidade tal como Freire nos apresenta; luta esta que está vinculada ao



sistema educacional, em que se valorize uma educação crítica que neutralize as ideias dominantes e que poderia minimizar as exclusões e a opressão social. Nessa perspectiva, os oprimidos devem se libertar de si e dos opressores para que, ao chegar a uma humanização, não reproduzam os atos de opressão já sofridos por eles mesmos.

A educação que vemos para as elites se configura como um mecanismo ameaçador que se utilizado de forma democrática pelos dominados corroerão os seus impérios. Freire nos diz: “Do ponto de vista das classes dominantes não há dúvida, de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades” (FREIRE, 2007, p. 99).

Para que os oprimidos se libertem é necessária uma constante luta que virá a ser uma conquista; os oprimidos devem deixar de ser meros espectadores para se tornarem os autores com os papéis principais de humanização. Pensamos que os homens devem fazer uma reflexão sobre suas ações no mundo para transformá-lo em algo mais plausível de igualdade e para transformar a si mesmo em alguém que seja sujeito no meio social. A chamada práxis educacional passa a ser a propagadora e/ou promotora do rompimento com a Educação Bancária. A libertação dos indivíduos se faria por meio de um estudo crítico da realidade econômica, política e social na perspectiva de conscientização das classes sociais distintas e de estruturas sociais que promoveriam a igualdade, equidade e justiça que estariam vinculadas aos processos educacionais.

Essa realidade libertadora na concepção freiriana deve ser trabalhada para que haja uma transformação da forma como vemos o mundo, a cidadania, por exemplo, na sociedade brasileira. Infelizmente, o que vemos é ainda um homem oprimido e ausente de criticidade:

Mas, infelizmente, o que se sente, dia a dia, com mais força aqui, menos ali, em qualquer dos mundos em que o mundo se divide, é o homem simples esmagado, diminuído e acomodado, convertido em espectador, dirigido pelo poder dos mitos que forças sociais poderosas criam para ele. Mitos que, voltando-se contra ele, o destroem e aniquilam. É o homem tragicamente assustado, temendo a convivência autêntica e até duvidando de sua possibilidade (FREIRE, 1967, p. 51).

A educação só conseguira transformar a sociedade se minimizasse as desigualdades que há na sociedade que as cercam, rompendo com as barreiras impostas por um sistema alienante vigente em nosso país desde os primórdios de sua colonização; ou melhor dizendo: de uma história de exploração que transformou a educação em um sistema para que as elites dominassem os menos favorecidos economicamente. Tomemos também em conta que, quando essa classe oprimida foi inserida, foram relegadas a uma condição de



meros expectadores no que tange à prática educacional que poderia transformá-los em pessoas ativas; o que se fez foi: criar uma situação para não se enxergar a verdadeira condição dos oprimidos no mundo capitalista.

O educador transformador e progressista e sua contribuição para a mudança social do oprimido

No tópico anterior tratamos de pequenas abordagens das questões históricas que levaram o homem de classe economicamente considerada “baixa” a ser relegado ao esquecimento democrático e como as elites dominantes do país se utilizam da educação como um ato político de massificação da sociedade; esses temem a educação libertadora e criticam essa possibilidade de configuração como um mecanismo ameaçador se utilizado de forma democrática.

Nossa proposta aqui é mostrar como o educador e sua prática docente têm a missão de levar o educando a adquirir uma consciência crítica que poderia o libertar da opressão e da dominação de ideias dominantes, conseguindo assim se identificar como sujeito histórico e crítico em uma sociedade que se vê “habitada” pelo neoliberalismo.

Paulo Freire traz contribuições exímias a respeito da prática do professor libertador que, segundo ele, abrirá caminhos para que os docentes conquistem uma educação libertadora através do ato de educar. Nessa trajetória, o professor caminha junto aos seus alunos com respeito, diálogo e amor, conscientizando-os sobre seus direitos e papéis sociais, e não apenas transmitindo conhecimentos de currículos prontos e acabados. Freire acreditava em uma educação não só para o mercado de trabalho no contexto neoliberal, mas como uma forma de pensar, questionar, de libertar-se das amarras ideológicas e de massificação.

O ato de ensinar do educando deve ir mais além do que a simples instituição de conteúdos disciplinares; é de responsabilidade do professor despertar um sentimento crítico nos educandos, nesta via, para que levem os educandos ao exercício crítico da cidadania, da moral e da ética para que seus consigam fazer uma leitura crítica do mundo que os cerca. Em seus escritos, Freire afirma que educar é um ato de amar; nesse contexto, também um ato de extrema coragem e ética: “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (FREIRE, 1974, p. 97).

Sendo assim, a educação implica solidariedade e amor para com os educandos; sem



esses termos é possivelmente impossível ao educador conseguir uma educação de qualidade com resultados democráticos. Esse amor deve aceitar as diferenças e o conhecimento cultural; também saberes construídos ao longo do tempo e com experiências comunitárias que os educandos carregarão em sua história, em suas práticas diárias que os cercam. Através dessas bagagens, pode-se promover um método de ensino que alie a teoria e a prática como um sistema de integração global. São esses pilares que embasam a afirmação de Freire ao dizer que “Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1981, p.79). Essa mediatização proporcionará, espera-se, a interação entre ambos os grupos: os do que educam e os do que adquirem conhecimento, fazendo com que o educador progressista aprenda com essa prática, com o diálogo; ambos se tornando sujeitos históricos que crescem juntos e transformam sua condição social, deixando de lado o autoritarismo da educação tradicional em favor da liberdade dos oprimidos.

Outros temas que não poderíamos deixar de abordar aqui para enaltecer o papel do professor e a sua contribuição no meio social são as considerações que Freire faz ao escrever a obra Professora – Sim – Tia -Não cartas a quem ousa ensinar. Trata-se de uma espécie de manual para o professor progressista, focando na importância de sua prática docente na sociedade em que vê um caminho de liberdade nas mudanças estruturais sociais do país neoliberal vigente. Freire estabelece um alerta aos professores para que os mesmos não caiam nas armadilhas alienantes e ideológicas dos sistemas educacionais manipuladas pelos forças governantes, principalmente, no que se refere à educação infantil: momento em que se pode deixar de ser educador para se tornar tia, reduzindo sua profissão do ensinar; nesse momento fica-se omissa o seu papel educacional, levando-o também a perder seus direitos de luta contra a opressão, por aceitar ser submisso, e falta de oportunidades na democracia para os grupos oprimidos:

A tentativa de reduzir a professora à condição de tia é uma “inocente” armadilha ideológica em que, tentando-se dar a ilusão de adocicar a vida da professora o que se tenta é amaciar a sua capacidade de luta ou entretê-la no exercício de tarefas fundamentais (FREIRE,1997, p.18).

Ser simplesmente Tia relega a sua principal função na luta de libertadora de marginalizados e silenciados socialmente; fica aqui velada a real obrigação da educação de levar o educando ao processo do conhecimento, levando o



educador a ser considerado um parente próximo dos educandos. Realizando isso, de certo modo o reduz à sua profissão e a uma domesticação do professor com instituições autoritárias; algo que não tenha uma postura crítica diante de tantas desigualdades e de opressão. Segundo Paulo Freire (1997):

Ensinar é profissão que envolve certa tarefa, certa militância, certa especificidade no seu cumprimento enquanto ser tia é viver uma relação de parentesco. Ser professora implica assumir uma profissão enquanto não se é tia por profissão. Se pode ser tio ou tia geograficamente ou afetivamente distante dos sobrinhos, mas não se pode ser autenticamente professora, mesmo num trabalho a longa distância, “longe” dos alunos (FREIRE, 1997, p. 9).

É dever e responsabilidade social, política, crítica do professor lutar por uma educação justa e igualitária, diz a Constituição, que atinja todos os níveis sociais, deixando de ser tias e tios para se tornarem professores, aptos a realizarem sua tarefa com afincamento e amor e lutar para uma vida justa e igualitária de liberdade no exercício da cidadania.

O educador libertador deve proporcionar aos educandos, seja em qualquer nível de ensino, infantil ou de jovens e adultos, um apreender a liberdade que o leve a uma postura crítica diante do mundo que o cerca e de sua realidade social. Nessa perspectiva, professores e alunos são vistos como sujeitos de direito, que se respeitam e vão construindo novos saberes, novos horizontes no exercício pleno da cidadania. A relação professor e aluno deve estar pautada no reconhecimento das condições sociais, culturais e econômicas dos alunos e de suas famílias buscando uma valorização dos saberes que os alunos já possuem em si próprios e que aprimore esse conhecimento.

Para Paulo Freire, “O papel do professor e da professora é ajudar o aluno e a aluna a descobrirem que dentro das dificuldades há um momento de prazer de alegria” (FREIRE, 2003, p.52). Intervindo, o professor, nessa educação como mediador; não como facilitador. Portanto, faz-se necessário democratizar os critérios de avaliação, a nosso ver, em que as instituições escolares criam, ao longo do tempo, uma escola que possa ajudar os alunos a superarem os obstáculos existentes no caminho da educação tornando essa caminhada prazerosa e de conhecimentos válidos não apenas para currículos e para o mercado de trabalho, mas para uma vivência digna e igualitária econômica e socialmente.

Sabendo que a escola se destina à promoção social do homem, Freire se tornou um educador que lutou incansavelmente pela construção da educação popular enxergando as necessidades e causas dos oprimidos. Ele analisava o que se fazia



necessário interferir no número crescente de jovens e adultos analfabetos em nosso país para transformar a realidade dos mesmos, criando assim mecanismos para o desenvolvimento desse modelo educacional e instruindo os educadores para essa tarefa. Pensemos a partir dessa consideração: “O educador deve, logo de saída, considerar a pessoa analfabeta como um sujeito ativo, capaz de liberdade e consciência”(GALTIER; TARDIF, 2014, p.16). A escola seria, então, o local de libertação dos excluídos, pois, nela, se desenvolvem os debates políticos de várias vertentes, diálogos e construções dos saberes, sendo o educador democrata a ponte para essa nova visão de mundo. Ele seria responsável pela transmissão não apenas de conteúdos mecânicos, mas também de uma visão de mundo. Por essa razão, a importância do professor se reconhece como tal não como um parente próximo sem responsabilidades educacionais, ou as famosas “tias” e “tios” nos sistemas alienantes:

Ao educador democrata lhe cabe também ensinar, mas, para ele ou ela, ensinar não é este ato mecânico de transferir aos educandos o perfil do conceito do objeto. Ensinar é sobretudo tornar possível aos educandos que, epistemologicamente curiosos, vão se apropriando da significação profunda do objeto somente como, *aprendendo-o*, podem *aprendê-lo* (FREIRE, 1997, p.36).

A pedagogia de Freire seria um caminho que poderia resolver os problemas do analfabetismo do nosso país, bem como os problemas sociais e políticos vigentes. Ter-se-ia que utilizar de métodos, diálogo, coragem, amor e valorização cultural dos indivíduos para que essa pedagogia política possa trazer mudanças nas estruturas de desigualdades sociais. “A pedagogia de Freire fornece uma concepção que une o analfabetismo aos problemas sociais e políticos globais e não propõe apenas soluções educativas, mas também políticas” dizem Glauthier e Tardif (2014, p.20). O professor progressista deve trabalhar para a construção de uma equidade social, pois o que vemos e o que vigora ainda hoje é uma grande parcela da sociedade esfacelada pelas burocracias educacionais e uma segregação racial e também econômica.

Ainda no que se refere ao professor transformador e progressista, de acordo com Freire, sua prática docente deve estar atrelada ao diálogo e ao amor, pois educar é um ato de amar: “É impossível ensinar sem a capacidade forjada, inventada, bem cuidada de amar” (FREIRE, 1997, p. 8). Além de seguir os critérios estabelecidos pelas instituições escolares, cabe aos educandos transformar a condição intelectual e a crítica dos alunos com um olhar das vivências dos meios que estão inseridos diariamente. Essa prática requer compromisso, aceitação e respeito às diferenças, sejam elas econômicas, étnicas e/ou sociais. Dentro dessa amorosidade, deve-se aguçar a



curiosidade dos alunos para que estes busquem soluções em debates, com democracia e respeito a opiniões diversas de seus problemas e inquietações. Para conseguir tais atos, o professor deve ainda ter humildade em relação ao ato de ensinar, pois ele também aprende e cresce com seus alunos: “Como ser educador, se não desenvolvo em mim a indispensável amorosidade aos educandos com quem me comprometo e ao próprio processo formador de qual faço parte?” (FREIRE, 2007, p.67).

A educação é um processo contínuo que envolve vários desafios e muita criatividade para que se possa ser gerado nos educandos a consciência de que eles possam deixar de ser oprimidos para se tornarem agentes transformadores sociais; o papel do educador é fundamental nesse caminho de tomada de conhecimento de liberdade crítica.

Considerações finais

O presente artigo buscou trabalhar sobre a problemática de como a educação libertadora de Paulo Freire pode transformar a sociedade no contexto das desigualdades sociais, minimizando o analfabetismo e modificando a realidade dos oprimidos. Dentro desse pressuposto, as principais contribuições que nos propomos foram feitas tentando salientar alguns problemas da educação brasileira desde a época colonial com sua dominação elitista e abordando os pontos que se contrapõe a esses de um professor progressista e transformador. Pensamos que é somente através de sua mediação consciente e crítica que se poderá conduzir os oprimidos ao caminho de liberdades democráticas.

Na visão Freiriana, a educação é analisada como um instrumento possível de liberdades democráticas ou de manipulações ideológicas. Num primeiro sentido, a educação bancária; em contrapartida, a educação libertadora; esta, a nosso ver, contribui para uma existência comunitária de grupos sociais pautados no diálogo, humildade, respeito e amor, buscando uma coerência da razão pela qual o homem pode se transformar; este seria um meio pela qual as mediações dos educandos, com suas formações, poderiam nos dar uma base para a tão sonhada escola de qualidade e de liberdades críticas.

Vimos que a escola e os educadores que têm um olhar freiriano podem trazer mudanças que sejam necessárias para que haja uma sociedade justa e com equidade.



Para que tal ocorra, a escola deveria rever seus currículos, metodologias e avaliações no processo de ensino-aprendizagem crítico que se votasse ao exercício da cidadania.

A educação somente transformará a sociedade se os educadores se manterem firmes e unidos em prol do ideal de mudanças e rupturas alienantes, não se deixando manipular e se corromper diante de um sistema opressor e autoritário que, em muitos casos, tirariam seu ideal de autonomia e que poderia suprimir seu direito de luta ativa enquanto agentes transformadores do saber.

Sabe-se que há muito o que modificar para que se possa conseguir romper com as tradições alienantes do nosso país; por isso, faz-se necessário que haja força, atitude e consciência crítica tanto dos professores quanto dos discentes para que se vejam como agentes modificadores desses processos transformadores.

Paulo Freire deu-nos o norte através de seus escritos para modificarmos esse sistema; cabe a nós, enquanto educadores, continuar essa missão ousada e até mesmo revolucionária de romper as barreiras e estruturas vigentes para que haja uma educação que priorize a criticidade, a democracia, a cidadania e a justiça social em que os silenciados tenham, através da educação, direito de fala e de liberdade de expressão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEWEY, John. Como Pensamos. 3ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959. (pág.13 a 25).

FREIRE, Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Política e educação. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Professora sim, tia não cartas a quem ousa ensinar. 1ª ed. São Paulo: Olho d'água, 1997.

FREIRE, Educação como prática da Liberdade. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GAUTHIER; TARDIF, A Pedagogia Teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias. 2ª ed: Editora Vozes, 2014.

Flaviana Lourenço dos Reis - Mestranda em Educação pela Faculdade de Inhumas (FacMais). E-mail: flavianareis@aluno.facmais.edu.br.